

Ano XXIV nº 6275 – 18 de novembro de 2020

Itaú montou armadilha para bancários no exame periódico

O Itaú está convocando trabalhadores para a realização dos exames periódicos (médico da família). O Sindicato dos Bancários de São Paulo apurou a existência de um perfil que está sendo priorizado pelo banco: trabalhadores com mais de 15 anos de casa. Muitos que relataram doenças de ordem emocional ou psicológica como depressão, síndrome pânico, síndrome de burnout ou crise de ansiedade estão sendo demitidos depois de algum tempo.

Quando o trabalhador relata algum problema emocional ou físico, normalmente o médico do trabalho o orienta a procurar tratamento. Se a doença é de ordem emocional, o bancário é direcionado para o "Fique Ok", programa do banco que tem assistentes sociais e psicólogos.

A principal reclamação dos trabalhadores direcionados para o "Fique Ok" é que os profissionais do programa sempre demonstram alinhamento com a empresa: colocam que o problema psicológico tem origem na vida pessoal, procurando descaracterizar qualquer tipo de correlação com o trabalho para afastar a responsabilidade do banco.

Por conta da pandemia, muitos trabalhadores estão em home office, mas a demanda nas agências não diminuiu; quem trabalha na linha de frente se sobrecarrega e ainda enfrenta o risco eminente de contrair covid-19 nas unidades bancárias superlotadas. Soma-se a isto a cobrança abusiva por metas impraticáveis em meio a um cenário de paralisia econômica. Este é ideal para o aumento do estresse mental e para a eclosão de doenças psicológicas, o que afeta a performance.

O Itaú armazena o histórico psicológico do trabalhador que relata algum problema emocional aos profissionais do "Fique Ok". Muitos desses trabalhadores com mais de 15 anos de empresa estão sendo demitidos, sob alegação de baixa performance, atualmente a "justificativa oficial" utilizada pelo banco, ou seja, trabalhadores que doaram grande parte das suas vidas ao banco, de um momento para outro em meio a uma calamidade nacional, onde mais de 165 mil pessoas já morreram e a economia se encontra em rota de declínio, o banco alega baixa performance para demitir, demonstrando ausência de responsabilidade com os trabalhadores e seus familiares e criando um ambiente de incertezas na estrutura profissional.



Abaixo-assinado cobra a aprovação do PDC 956/18

Se você ainda não assinou o abaixo-assinado pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo (PDC 956/18), da deputada Erika Kokay (PT-DF), que susta os efeitos da CGPAR 23, ainda dá tempo.

Para assinar a petição acesse, https://www.change.org/p/deputados-federais-deputados-aprovem-o-pdc-956-2018?recruiter=1160297891&recruited_by_id=4b95b230-1d46-11eb-9504-65b014a8e31a&utm_source=share_petition&utm_medium=copylink&utm_campaign=petition_dashboard.



Segundo os organizadores da mobilização, a intenção é atingir 50 mil assinaturas para o documento que será encaminhado aos deputados federais. Divulgue em suas redes e fortaleça a luta contra o desmonte dos planos de saúde de autogestão.

A iniciativa visa pressionar o presidente da Câmara Federal, deputado Rodrigo Maia (DEM/RJ), a pautar a votação dessa matéria. O PDC já venceu importantes etapas. Foi aprovado em duas das mais importantes comissões temáticas da Casa Legislativa: Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP) e Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC). Falta, agora, ser votado em plenário para concluir o seu ciclo de tramitação.

O PDC 956/18 propõe a suspensão dos efeitos da resolução 23 da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração da Participações Societárias da União (CGPAR) por considerá-la inconstitucional e ferir diversos dispositivos legais nas esferas da saúde suplementar e trabalhista.